

'Abin paralela' de Bolsonaro agiu contra Poderes, diz PF



Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin, discursa em evento ao lado de Bolsonaro Foto:Procuradoria - IG, MACA, STF

'Abin paralela' agiu contra Judiciário, Congresso e eleições, indica apuração

Polícia Federal prende cinco pessoas em operação e diz que agência produziu desinformação para atacar adversários de Bolsonaro

Essa investigação da Polícia Federal afirma que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência) monitorou de forma ilegal no governo Jair Bolsonaro (PL) ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), parlamentares e jornalistas. Do STF, segundo apontou a PF, foram alvos da ação clandestina os ministros Alexandre de Moraes, relator de apurações que miram bolsonaristas, Luis Roberto Barroso, Luiz Fux e Dias Toffoli. A lista no Poder Legislativo inclui o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e seu antecessor, Rodrigo Maia. Entre jornalistas, está o Mônica Bergamo, colunista da Folha, Vera Magalhães, colunista do jornal O Globo, Luiza Alves Bandeira, do DFRLab (Digital Forensic Research Lab), ligado ao Atlantic Council, e Pedro Cesar Batista, do Comitê Anti imperialista General Abreu e Lima.

Nesta quinta-feira (11), a polícia deflagrou a quarta fase da Operação Última Milha, sobre a chamada "Abin paralela", e prendeu agentes que trabalhavam diretamente para o ex-diretor do órgão Alexandre Ramagem, atual deputado federal, pré-candidato do PL, à Prefeitura do Rio de Janeiro e ligado ao vereador Carlos Bolsonaro (PL), que também é investigado. Foram cumpridos mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão expedidos pelo STF, contra Mateus de Carvalho Spósito, Richards Pozzer, Marcelo Araújo Bormeivet, Giancarlo Gomes Rodrigues e Rogério Beraldo de Almeida. José Matheus Sales Gomes e Daniel Ribeiro Lemos foram alvos apenas de mandados de busca.

Fazem parte do grupo um policial federal e um sargento do Exército cedidos para a Abin e que atuavam com Ramagem. Há, ainda, influenciadores digitais que trabalhavam para o chamado "gabinete do ódio", estrutura que funcionou na Presidência sob a tutela de Carlos.

O filho do ex-presidente criticou em uma rede social a operação, falando em "verborragia do dia da imprensa" e que há feitiço por sua imagem.

A Folha procurou o gabinete de Ramagem, mas não houve resposta até a conclusão desta edição. As defesas dos alvos dos mandados de prisão e buscas expedidos pelo STF e cumpridos pela PF nesta quinta não foram localizadas pela reportagem.

Na decisão que deu aval à operação policial, Moraes afirmou que os investigados, "participaram de uma estrutura paralela infiltrada na Abin voltada para a obtenção de toda a informação disponível para fins de caráter político, produzindo desinformação para atacar adversários e instituições que, por sua vez, era difundida por intermédio de vetores de propagação materializados em perfis e grupos controlados por servidores em exercício no Abin". "O relatório da Polícia Federal traz prova da materialidade e indícios suficientes dos graves delitos praticados", destacou o ministro.

Os policiais afirmam que as ações ilegais ocorreram de 2019 até 2022 e que os suspeitos se valiam de sistemas oficiais e clandestinos para obtenção dos dados necessários para seus interesses.

No documento a que se referiu Moraes, a PF afirmou ter identificado indícios de que a agência foi usada para tentar proteger os filhos do ex-presidente de investigações.

A PF cita um áudio, com metadados de 2020, "possivelmente gravado" por Ramagem, em conversa com Bolsonaro e o ministro Augusto Heleno sobre o caso das "Tachadilhas" do senador Flávio Bolsonaro (PL-RR). O caso das "tachadilhas" abordava o possível desvio de parte dos salários dos funcionários do gabinete de Flávio, quando deputado estadual no Rio. Em nota divulgada por sua assessoria, Flávio afirmou que "não existia nenhuma relação" sua a Abin.

A investigação também apontou que a estrutura da Abin teria sido utilizada de forma clandestina para interferir em investigação de outro filho do ex-presidente, Jair Renan Bolsonaro.

A defesa do filho 04 de Bolsonaro não quis comentar. Em outra frente, afirma a polícia, o grupo suspeito promoveu ações clandestinas direcionadas para desacreditar o processo eleitoral.

O relatório da investigação diz que Ramagem tinha "domínio do fato" das medidas realizadas com recursos humanos e materiais da agência. O questionamento das urnas eletrônicas, de acordo com a PF, era prática reiterada das ações de desinteligência do grupo suspeito.

Os investigadores atribuem ação ao policial federal Bormeivet e ao sargento do Exército

Glancarlo, ambos empregados à Abin na ocasião. O primeiro foi segurança de Bolsonaro na campanha de 2018 e nomeado por Ramagem para comandar o CIN (Centro de Inteligência Nacional), estrutura criada pelo atual deputado na agência. Já Glancarlo era subordinado a Bormeivet. Segundo a PF, os dois teriam assessorado o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Luis Roberto Barroso, em atuação no TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Bormeivet determinou a prisão de "mandasse bala" para "sentir o pau" no assessor, a partir de uma publicação no X (antigo Twitter) sobre as urnas eletrônicas e de declarações do perfil "Kim Palm".

Um dos que tiveram prisão decretada nesta quinta, Richards Pozzer, era o responsável, segundo a PF, por difundir nas redes sociais informações produzidas pela "Abin paralela". De acordo com a PF, Pozzer publicava as informações em um perfil do antigo Twitter que tinha o seu nome e também em outras páginas e grupos acessados por apoiadores do ex-presidente Bolsonaro.

O relatório que fundamentou a fase da operação deflagrada nesta quinta aponta ainda que pelo menos um ex-governador — João Dória (na época do PSDB, hoje sem partido) — e servidores do Ibama e da Receita também foram alvos dos monitoramentos.

A chamada "Abin paralela" também buscou saber se havia relação entre o homem que esfaqueou Bolsonaro em 2018, Adelfo Bispo, com rivais do ex-presidente, incluindo o ex-ministro José Dirceu (PT). Também foram orientados, de acordo com as investigações, a "caçar podres" dos deputados Arthur Lira e Kim Kataguri (União Brasil-SP).

A polícia interceptou troca de mensagens do final de 2022 em que dois investigados falam, segundo a investigação, sobre "minuta do decreto de intervenção" para o "cumprimento democrático".

"O Nosso PR imbróchavel já assistiu a porra do decreto?", questiona o policial Bormeivet, segundo os documentos. Giancarlo Rodrigues responde, ainda de acordo com o relatório: "Assinou nada. Tá fôda essa esper". José Marques, Constança Rezende, Mateus Vargas e Mariana Brasil

ALVOS DA ABIN PARALELA
Judiciário
• Alexandre de Moraes (STF)
• Dias Toffoli (STF)
• Luis Roberto Barroso (STF)
• Luiz Fux (STF)

Legislativo
• Arthur Lira (presidente da Câmara)
• Rodrigo Maia (ex-presidente da Câmara)
• Kim Kataguri (deputado)
• Joice Hasselmann (ex-deputada)
• Alessandro Vieira (senador)
• Omar Aziz (senador)
• Renan Calheiros (senador)
• Randolfe Rodrigues (senador)

Executivo
• João Dória (ex-governador de SP)
• Hugo Ferreira Netto (ex-servidor do Ibama)
• Roberto Cabral Borges (servidor do Ibama)
• Cristiano José Paes Leme Borocho (auditor da Receita)
• César Homen da Silva (auditor da Receita)
• José Pereira de Barros Neto (auditor da Receita)

Jornalistas
• Mônica Bergamo (Folha)
• Vera Magalhães (O Globo)
• Luiza Alves Bandeira (DFRLab)
• Pedro Cesar Batista (Comitê Anti-imperialista General Abreu e Lima)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 4